

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.388.234 - BA (2018/0282559-2)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : LUIZ FERNANDO TAVARES VILAR
ADVOGADOS : FREDIE SOUZA DIDIER JUNIOR - BA015484
CARLOS EDUARDO SODRÉ - BA016391
AARON JORGE COTRIM - BA032094
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : MKS CONSTRUÇÕES S/A
ADVOGADOS : EDILSON VIEIRA DOS SANTOS - BA002964
JOSÉ MELCHIADES COSTA DA SILVA E OUTRO(S) -
BA007147
INTERES. : GERMANO CASAIS E SILVA
ADVOGADO : LUCI BARRETO DOS SANTOS - BA035235

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. JUÍZO FIRMADO COM LASTRO NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. REVISÃO . IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por LUIZ FERNANDO TAVARES VILAR, em face de decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (fl. 385 e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO EXTINTO AO FUNDAMENTO DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. CAUSA INTERRUPTIVA (CTN, ART. 174, PARÁGRAFO ÚNICO, IV) EXISTENTE. INÉRCIA DA EXEQUENTE NÃO COMPROVADA. PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ DA CDA NÃO AFASTADA. APELAÇÃO PROVIDA.

1. A apelante obteve êxito em comprovar a ocorrência de causa interruptiva do prazo previsto no art. 174, parágrafo único, IV, do CTN no período compreendido entre 19/04/2000 e 11/06/2006, quando foi rescindido, pela segunda vez, o acordo para pagamento parcelado da dívida.

Reiniciada a contagem do prazo prescricional em 12/06/2006, caso se mantivesse inerte a credora, a prescrição estaria consumada em 13/06/2011.

2. A execução prosseguiu em 23/03/2007, seguindo-se o pedido de redirecionamento contra os corresponsáveis em 23/09/2009, por ter sido constatada evidência de dissolução irregular da pessoa jurídica. Ocorre, porém, que esse pedido foi analisado e decidido somente em 04/03/2015.

3. A prescrição só deve ser admitida se comprovada a inércia do credor, hipótese não ocorrida na espécie, notadamente se considerados os obstáculos para localização dos devedores e de bens passíveis de penhora, situações

criadas pelos executados, não podendo resultar em responsabilidade da União (FN) pela demora na tramitação e, consequentemente, da citação.

4. Equivocada, no caso, a decretação da prescrição intercorrente em 10/08/2016, porque não comprovada a paralisação do processo por prazo superior a cinco anos após inadimplido o acordo para pagamento parcelado da dívida.

5. "A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória" (Súmula n. 393 do STJ). Cabendo aos excipientes o ônus da prova (CPC/1973, art. 373, I e II), sem que dele se tenham desincumbido, subsiste a presunção legal de liquidez e certeza da CDA.

6. Apelação provida.

Embargos de declaração opostos e rejeitados (fl. 402 e-STJ).

No recurso especial interposto pela alínea *a* do permissivo constitucional, o recorrente sustenta negativa de vigência aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, na hipótese de não se entender prequestionada a matéria jurídica suscitada nas razões recursais. Aduz omissão no acórdão por falta de análise de documento que comprovaria a data da exclusão do REFIS e de argumento quanto ao regramento do art. 5º, § 1º, da Lei n. 9.964/2000.

Aponta violados os arts. 174 do CTN; 40, § 4º, da LEF; e 5º, § 1º, da Lei n. 9.964/2000 alegando ocorrência da prescrição para cobrança do débito, ao argumento de que sua inclusão no REFIS deu-se em 19/4/2000, tendo sido excluído do parcelamento em 1º/1/2002, momento em que houve a retomada da exigibilidade do crédito parcelado demarcando o reinício da contagem do prazo prescricional, tendo o feito executivo se mantido paralisado até a data de 23/3/2007.

Contrarrazões a fls. 426-429 e-STJ.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

De início, afasta-se a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se, de maneira clara e fundamentada, acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, apenas não adotando a tese defendida pelo recorrente.

Verifica-se que, quanto à apontada omissão relativa ao documento da fl. 99, a Corte de origem firmou que a alegação da parte não mereceria acolhimento, uma vez que não havia no conjunto probatório existente nos autos elementos de convicção favoráveis à pretensão da embargante, assim consignando no acórdão integrativo (fls. 399/400 e-STJ):

Sustenta o embargante, em síntese, a ocorrência de omissão no v. acórdão, por falta de expresse pronunciamento acerca "do documento de fl. 99 dos autos, que comprova que o acordo de parcelamento firmado pela empresa executada foi rescindido em 01/01/2002, data em que o crédito tributário executado tornou-se novamente exigível e que delimita, portanto, o reinício da contagem do prazo prescricional" (fl. 323).

[...]

Verifica-se, **pela leitura da decisão colegiada transcrita acima, que a questão referente à prescrição sustentada em exceção de pré-executividade foi suficientemente examinada e decidida, não havendo, conforme o**

conjunto probatório existente nos autos, elementos de convicção favoráveis à pretensão do excipiente/embargante. Logo, não merece acolhimento a sua alegação de que o julgado teria sido omissivo por falta de expresse pronunciamento acerca "do documento de fl. 99 dos autos, que comprova que o acordo de parcelamento firmado pela empresa executada foi rescindido em 01/01/2002, data em que o crédito tributário executado tornou-se novamente exigível e que delimita, portanto, o reinício da contagem do prazo prescricional" (fl. 323).

Dessa forma, desnecessário qualquer esclarecimento ou complemento ao que já decidido pela Corte de origem a ensejar o rejugamento do recurso integrativo.

No que toca à alegação de afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, por omissão quanto ao regramento do art. 5º, § 1º, da Lei n. 9.964/2000, verifica-se que a questão não foi arguida pela parte nas razões dos embargos de declaração então opostos, situação essa que configura alegação genérica de violação e não permite a exata compreensão da controvérsia. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

Consigne-se que a Corte de origem não se manifestou quanto ao disposto no art. 5º, § 1º, da Lei n. 9.964/2000 nos fundamentos adotados para resolução da demanda, de modo que, não cumprido o requisito do prequestionamento, impõe-se o não conhecimento do recurso, no ponto. Incidência da Súmula 282/STF.

Na espécie, observa-se que a convicção firmada pela Corte de origem quanto à não ocorrência da prescrição deu-se com fundamento no exame dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, que ainda entendeu caracterizada hipótese para aplicação da Súmula 106/STJ, como segue (fls. 382/383 e-STJ, com grifos nossos):

Na espécie, a apelante obteve êxito em comprovar a ocorrência de causa suspensiva da exigibilidade do crédito (CTN, art. 151, VI) e interruptiva do prazo previsto no art. 174, parágrafo único, IV, do CTN no período compreendido entre 19/04/2000 e **11/06/2006, quando foi rescindido, pela segunda vez, o acordo para pagamento parcelado da dívida (fls. 74/85 e 271/276).** Assim, **reiniciada a contagem do prazo prescricional em 12/06/2006, caso se mantivesse inerte a credora, a prescrição estaria consumada em 13/06/2011.**

A execução teve prosseguimento em 23/03/2007, tendo sido requerida em 23/09/2009 a inclusão do nome dos corresponsáveis no polo passivo da demanda, por ter sido constatada evidência de dissolução irregular da pessoa jurídica (fls. 97 e 114). Ocorre, porém, que esse pedido foi analisado e decidido somente em 04/03/2015 **(fls. 179/181).**

O enunciado da Súmula n. 106 do STJ prescreve que "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência".

Perfeitamente aplicável à espécie a orientação contida na referida Súmula, uma vez que, inexistente paralisação do processo por prazo superior a cinco anos após inadimplido o acordo para pagamento parcelado da dívida, a demora na citação dos corresponsáveis não decorreu de inércia da Fazenda Pública, mas de falha no mecanismo do Judiciário.

A prescrição só deve ser admitida se comprovada a inércia do credor, hipótese não ocorrida na espécie, notadamente se considerados os obstáculos para localização dos devedores e de bens passíveis de penhora, situações criadas pelos executados, não podendo resultar em responsabilidade da União

(FN) pela demora na tramitação e, conseqüentemente, da citação.

Além do mais, sempre que foi intimada para dar prosseguimento ao feito, a exequente não se manteve inerte, tendo atuado prontamente, seja para prestar qualquer esclarecimento, seja para requerer o que entendesse de direito diante de diligência negativa de citação.

Assim, inviável rever a conclusão a que chegou a Corte de origem sobre a questão, sem o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que, no âmbito do recurso especial, é vedado, por força da Súmula 7/STJ.

Ante todo o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator

